



Uma análise histórica e ambiental do deslocamento da “pedra” do Morro da Mariquinha - Florianópolis (SC)

Alfredo Ricardo Silva Lopes^{*}

Marcos Aurélio Espíndola^{**}

Eunice Sueli Nodari^{***}

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar o deslocamento da “pedra” de 200 toneladas, ocorrido em 13 de dezembro de 2011 no Morro da Mariquinha, Florianópolis (SC). Nesse contexto, percebe-se o desastre ambiental como um evento impactante produzido pelo ambiente e pelas relações antrópicas como o mesmo, que demonstrou os problemas da interação seres humanos/ambiente. Ainda são discutidas as ações da Defesa Civil municipal e Políticas Públicas, que via de regra, são as instituições oficiais que produzem e articulam as ferramentas estatais de interação com o ambiente.

Palavras-chave: História Ambiental; Morro da Mariquinha; Desastres Ambientais.

Abstract: This article aims to analyze the displacement of 200 tons of “stone”, which occurred on December 13, 2011 on the Hill of Mariquinha, Florianópolis (SC). In this context, environmental disaster is perceived as an event produced by impacting on the environment and by anthropogenic relationship. Which showed the problems of human interaction and environment. In addition are discussed the actions of the municipal Civil Defense and Public Policy, which as a rule, are the official institutions that produce and articulate the tools of state interaction with the environment.

Keywords: Environmental History; Mariquinha’s Hill; Environmental Disasters.

Assim como em muitas outras cidades do litoral brasileiro, a história da ocupação territorial de Florianópolis (SC) apresentou um itinerário que redundou em degradação ambiental, segregação e exclusão sócio-espacial. A partir da década de 1970 cresceu a ocupação irregular das encostas dos morros da cidade com a disputa pelos melhores espaços

* Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC.

** Mestrado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade Federal de Santa Catarina. É pós-doutorando no Projeto *Desastres Ambientais e Políticas Públicas em Santa Catarina nos séculos XIX, XX*.

*** Mestre em História - University of California – Davis. Doutorado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC desde julho de 2010.



da ilha. As classes economicamente dominantes ocuparam as áreas de baixadas, próximas do mar, e as classes menos favorecidas foram obrigadas a ocupar as encostas dos morros (MÜLLER, 2002).

A ocupação irregular colaborou para degradação ambiental das encostas, como uma relação de causa e efeito, onde os impactos ambientais dos desastres, produzidos pela ocupação irregular de Áreas de Preservação Permanente, aquelas onde nenhum tipo de ocupação é permitido, são potencializados pela interação com o meio. Por mais que o início da ocupação das encostas seja posterior a produção de uma legislação que iniba esta prática, a gradativa ocupação das encostas não deveria ter ocorrido.

Para a História Ambiental a experiência humana condicionou e foi condicionada pelas relações com o meio ambiente. Desta forma, ao analisar os desastres socioambientais busca-se evidenciar como a situação de calamidade foi socialmente construída.

Nesse sentido, a História Ambiental busca tornar a disciplina histórica mais inclusiva, pois como aponta Worster,

[...] a história ambiental nasceu, portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados (WORSTER, 1991, p. 200).

A História Ambiental também questiona a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, pois além de cenário o ambiente também é ator, ou seja, condicionado pelas interações humanas e condicionador das mesmas.

Com base nas afirmações anteriores torna-se pertinente debater a noção de risco na sociedade. Ulrich Beck em *Sociedade de Risco* (2010) desenvolve o argumento que o risco se faz presente em todos os setores da sociedade globalizada atual. O autor define a sociedade de risco como aquela onde a aceitação dos riscos é essencial para a produção de riqueza, diferente do modelo social industrial onde o risco surgia como resultado da produção de riqueza. Na sociedade de risco a incerteza ofusca até mesmo o "progresso" científico-tecnológico, "eles (os riscos) já não podem mais ser limitados geograficamente ou em função de grupos específicos" (BECK, 2010, p. 16).

A universalização do risco, definida por Beck, precisa ser relacionada ao momento em que o sociólogo produz sua obra, o livro foi publicado inicialmente em 1986, logo após o



acidente nuclear de Chernobyl. Nesse contexto, o debate sobre a questão energética e a possível guerra nuclear de proporções globais marcaram a noção de risco de Beck.

De forma introdutória, ainda cabe destacar que os desastres definidos por muitos como naturais são percebidos pelos autores de outra maneira. Os desastres são definidos neste trabalho como socioambientais em função da catástrofe só se definir a partir da percepção e experiência humana, uma vez que qualquer intempérie climática não incida sob um agrupamento humano tal acontecimento não é percebido como desastre. Outro fator que corrobora a definição socioambiental é que o desastre, na maioria das vezes ocorre (ou é percebido) a partir ações antrópicas realizadas em determinada área, pois modelos de interação insustentáveis entre seres humanos e ambiente potencializam as causas naturais de qualquer desastre.

Outro conceito importante é o da segregação sócio-espacial, definido como sendo uma “área caracterizada pela individualidade física e cultural. Seria ela resultante do processo de competição impessoal que geraria espaços de dominação dos diferentes grupos sociais, replicando ao nível da cidade processos que ocorrem no mundo vegetal” (CORRÊA, 1993).

Em relação ao foco de análise observa-se que de forma geral, a ocupação das encostas foi efetivada pelas populações menos favorecidas, entretanto não se deve imaginar que não existem moradias de alto valor situadas nas áreas íngremes. A lógica da segregação também foi pressionando comunidades marítimas (pescadores e demais trabalhadores ligados às atividades extrativistas) do seu *locus* original desterritorializando/reterritorializando-as metodicamente, introduzindo “paraísos” turísticos em seu lugar.

As encostas do Maciço foram ocupadas de maneira desorganizada, primeiramente por escravos ou libertos, no final do século XIX e início do XX (PIMENTA e PIMENTA, 2011, p. 5) e, mais tarde, por trabalhadores vindos das mais diversas regiões do Estado, constituindo-se, desde o início desta ocupação territorial, em verdadeiros guetos que segregaram a população que ali passava a residir, formando áreas sob permanente risco de desastres sócio-ambientais (MACHADO, 2004, p. 124).

Desta forma, nas encostas dos morros de Florianópolis foi se estabelecendo uma segunda cidade, apartada daquela moderna/modernizada para as classes dominantes, uma cidade estigmatizada pela Cidade: O Maciço Central de Florianópolis.



Encravado no centro geográfico da região da cidade, o Maciço do Morro da Cruz¹ Florianópolis (Figura nº 2) é a região onde a segregação sócio-espacial tornou-se mais evidente. O Morro da Mariquinha é uma das localidades de encosta que compõem este complexo suburbano², tendo, por uma série de fatores que se revelarão adiante, despertado interesse, a ponto de tornar-se o objeto exemplar que este artigo utiliza para mostrar como as transformações nas características do ambiente interferem na produção de desastres.

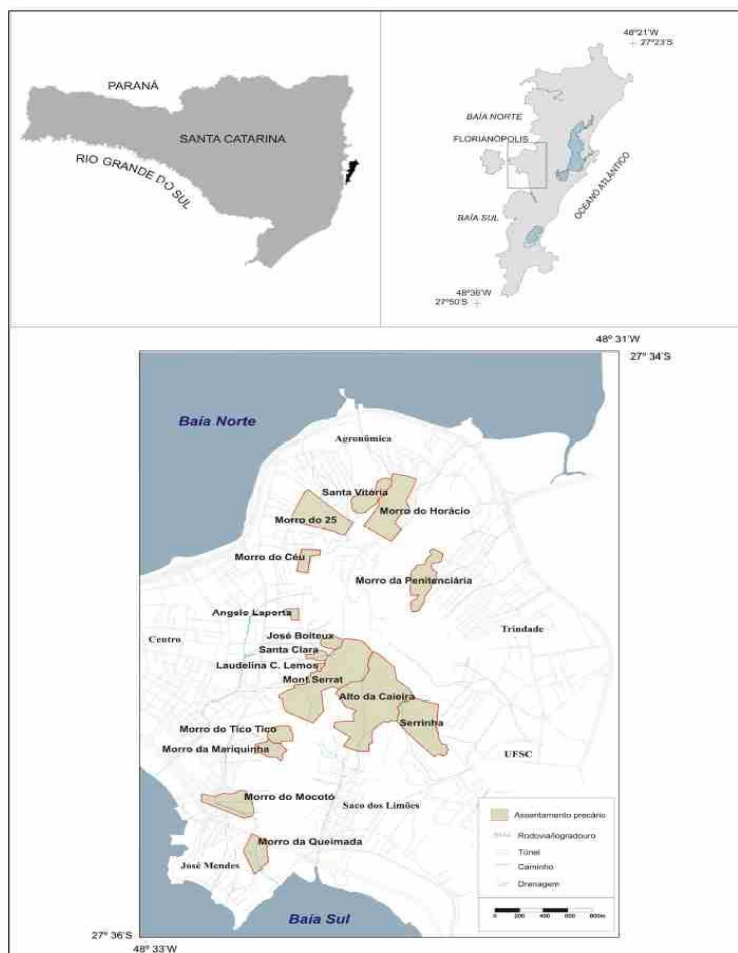


Figura 1: Mapa do Morro da Mariquinha.

Fonte: SAITO, 2011, p. 32.

¹ O Maciço Central de Florianópolis, no ano de 2004 possuía uma população de 25 mil pessoas, distribuídas em 16 comunidades: Alto Caeira, Angelo Laporta, José Boiteux, Laudelino Cruz Lemos, Monte Serrat, Morro da Mariquinha, M. da Penitenciária, M. da Queimada, M. do 25, M. do Céu, M. do Horácio, M. do Mocotó, M. do Tico Tico, Santa Clara, Serrinha e Vila Santa Vitória (SAITO, 2011, p. 31).

² As localidades do Maciço Central apresentam características infraestruturais que permitem classificá-las como suburbanas, já que não dispõem da maioria dos dispositivos urbanos, tais como: canalização e tratamento de esgoto, irregularidade na ocupação da terra, abastecimento de água (PIMENTA *et al*, 2011). O Maciço Central também é considerado, segundo o microzoneamento do Plano Diretor do Município Sede de Florianópolis, como Área de Restrição Geológica (ARG), tendo Área de Preservação Permanente (APP), Área de Preservação com uso Limitado (APL) e Áreas Residenciais Predominantes (ARP-O), (Florianópolis, 1998).



O Maciço Central da cidade de Florianópolis foi classificado por Tomazzoli *et al* (2002) como um bloco rochoso alongado, levemente sinuoso, com direção geral N10°-20°E. O ponto mais elevado está localizado no Morro da Cruz com 285m. O granito presente na área é do tipo Ilha e predomina sobre as duas outras unidades. O solo proveniente de sua alteração desenvolve uma textura argilo-arenosa. Já a área do Morro da Mariquinha está inscrita em um dos três unidades litológicas que, segundo SCHEIBE (2002), são granitos, riólitos e diques de diabásio. Deve-se ressaltar que as áreas de contato entre o diabásio e o granito, conforme Machado (2004, p. 124) são favoráveis a se constituir em áreas de risco.

A história do povoamento das encostas do Morro da Mariquinha não se diferencia dos demais processos de ocupação territorial dos morros de Florianópolis, como resumido anteriormente. No entanto, até pouco tempo atrás, a localidade se diferenciava das demais por ser um “lugar sossegado”, com baixos índices de violência e a ausência de grupos ligados ao tráfico de entorpecentes. Na atualidade, esta situação já não mais ocorre. A criminalidade e a violência recrudesceram nos morros, com o desdobramento da exclusão ocasionado pela introdução do projeto de transformar a Ilha de Santa Catarina em um polo turístico (PIMENTA e PIMENTA, 2011).

Esta mudança pode ser igualmente observada sob a égide da ocupação territorial, por meio da nítida diferença entre a parte mais baixa e as encostas mais íngremes e altas. A primeira tem povoamento mais antigo, apresenta maiores níveis de inclusão social, é mais pacata e apresenta alguma infraestrutura; já a parte alta, ocupada nas últimas três décadas, não tem rede de água e esgoto, não conta com serviços de transporte, de coleta de lixo, nem de pavimentação, é constituída por ruelas que formam verdadeiros labirintos, onde a violência e o tráfico se instalaram, longe dos olhos do poder público, para desgosto dos antigos moradores da parte baixa.

Na parte mais escarpada estes problemas se agravam (sendo que a linha de ônibus não chega até lá) e somam-se às más condições topográficas que transformam o local numa área de risco³ para desastres socioambientais. Sempre que ocorrem precipitações pluviométricas um pouco mais intensas, os moradores do alto da Mariquinha se vêm em meio ao risco de desastre e ao medo de perderem seus bens e residências.

³ Áreas de risco são áreas consideradas impróprias para o estabelecimento humano em função do risco à vida humana por vulnerabilidade natural ou antrópica.



No passado o poder público municipal não teve preocupações de dirigir ao Morro da Mariquinha políticas públicas que visassem a construção de um ambiente digno e seguro. A partir de 1997, observa-se que uma gama de políticas públicas foram direcionadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para área do morro. Entretanto, de acordo com Machado, deve-se ressaltar que tais medidas não tinham o objetivo de transformar a realidade social das pessoas, mas, sim, simplesmente catalogar as áreas de risco para futuras ações do poder público (MACHADO, 2004).

Volta e meia, o risco transubstancia-se em desastre. Foi o que aconteceu recentemente, em 13 de dezembro de 2011, quando uma rocha de 200 toneladas deslizou e destruiu três casas; danificando outras três; e um lava-jato, inutilizando seis veículos que lá estavam, além de matar a moradora de uma das casas destruídas.⁴ Segundo os geólogos que acorreram ao local após o acontecimento, constataram ser uma área de risco permanente já que a "chuva que caiu não foi tão forte e causou tudo isso. Essa é uma região em permanente estado de risco", disse o geólogo Rodrigo Sato, da Defesa Civil de Santa Catarina".⁵

Em outra notícia divulgada no próprio site, a Defesa Civil de Florianópolis explicou que o ocorrido é um fenômeno raro e para explicar a falta de monitoramento do Morro da Mariquinha enfatizou: "O local do incidente não era considerado uma área de risco, embora todo o a região do Maciço sempre mereça atenção".⁶ A contradição presente na própria afirmação marca uma realidade das políticas públicas com relação aos desastres, onde normalmente um local só se torna área de risco diante dos olhos do poder público depois de ali ter ocorrido algum desastre. Ações substanciais por parte do poder público raramente são tomadas após estudos de mapeamento de risco sem a ocorrência de desastres.

A prefeitura decidiu desocupar vinte casas dentro do perímetro do desastre e prometeu tomar medidas para abrigar os moradores, mas nada fez no sentido de investigar as causas e providenciar soluções para que a região deixe de representar risco para estes.⁷

⁴ ESCANDIUZZI, F. Pedra de 200 t desaba, destrói casas e mata mulher em SC. Sítio do Terra. Florianópolis, 13 de dezembro de 2011. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5516807-EI8139,00-pedra+de++desaba+destroi+casas+e+mata+mulher+em+SC.html>

⁵ Idem.

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Deslizamento de pedra no Morro da Mariquinha é considerado um "fenômeno raro". Sítio da Defesa Civil. Florianópolis, 15 de dezembro de 2011. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/defesacivil/?pagina=notpagina&menu=3¬i=5876>

⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis esclarece sobre desabamento no Morro da Mariquinha. Sítio do Portal da Ilha. Florianópolis, 14 de dezembro de 2011. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em: <http://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=10718>.

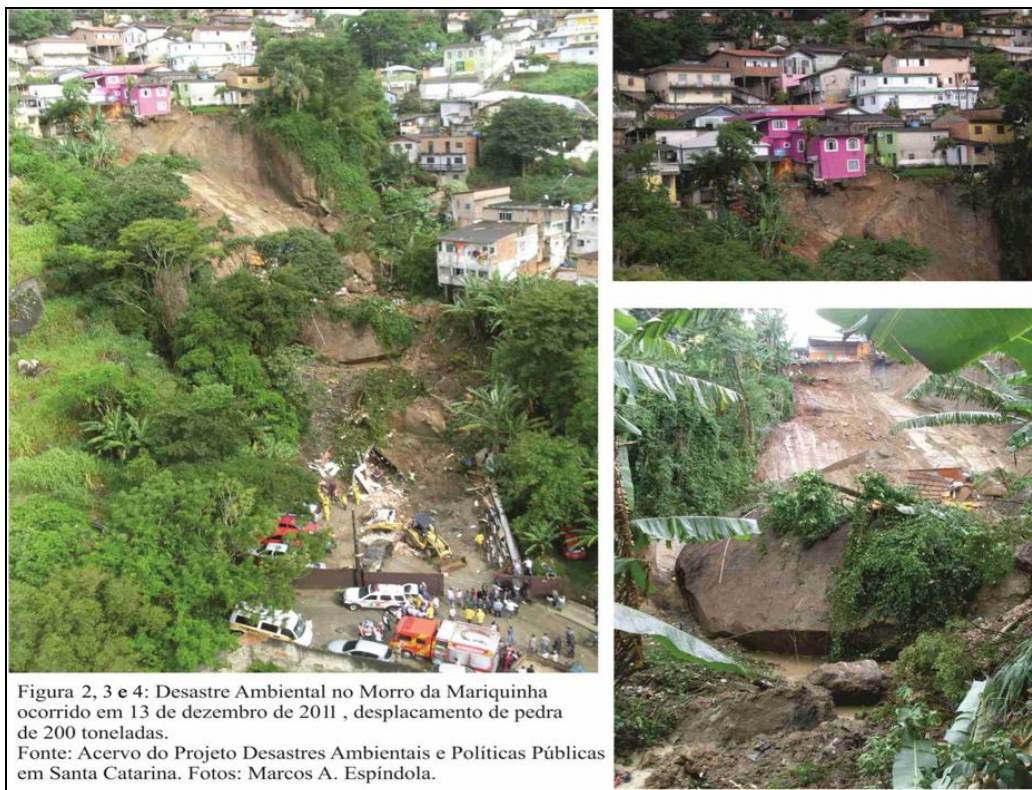


Figura 2, 3 e 4: Desastre Ambiental no Morro da Mariquinha ocorrido em 13 de dezembro de 2011, deslocamento de pedra de 200 toneladas.
Fonte: Acervo do Projeto Desastres Ambientais e Políticas Públicas em Santa Catarina. Fotos: Marcos A. Espindola.

O acontecimento demonstra, de forma cabal, o efetivo caráter paliativo das políticas públicas da Prefeitura de Florianópolis no sentido de evitar desastres sócio-ambientais nas áreas de proteção ambiental ocupadas pela população carente.

Por outro lado, existem dispositivos institucionais que tem outra perspectiva em relação a esta população que vive sob-risco constante, que aliam iniciativas ao esforço das associações, conselhos comunitários, como Centro de Educação Infantil (CEI) Cristo Redentor do Morro da Mariquinha e o Fórum do Maciço Central. É importante dar destaque ao trabalho desta Creche, que estabelece componente curricular para seus educando e por consequência a sua comunidade temas que visam à luta pela preservação e regeneração ambiental da localidade, principalmente da Área de Preservação Ambiental na parte mais alta do morro, que foi em grande parte tomada pela ocupação territorial dos últimos anos, o qual acabou por formar um contingente populacional que é literalmente ignorado pelo Plano Diretor da prefeitura, já que esta população reside na Área de Preservação. Durante um curto período a Creche conseguiu mobilizar a população do morro em torno de projetos ambientais como o mutirão que construiu o Parque do CEI.⁸

⁸ Maiores detalhes sobre o trabalho do CEI Cristo redentor podem ser encontrados em Machado (2004, p.132).



Outro exemplo a ser citado são as ações da Universidade Federal de Santa Catarina, cujos Laboratórios de Análise da Qualidade Ambiental (LAAM) e de História, Cultura e Desenho da Cidade (CIDADHIS), vinculados à pós-graduação em Geografia da UFSC, que acolheu o convite do Fórum do Maciço Central para colaborar na elaboração de um plano de ocupação da área do Maciço Central. O objetivo foi de estabelecer um Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis,⁹ o que permitirá constituir limites à ocupação da área, proporcionando à sua população organizada exercer a cidadania, tornando-a apta a negociar em pé de igualdade com o Poder Público, exigindo dele políticas públicas que lhes propicie melhor qualidade de vida e permita uma maior resiliência quando a comunidade precisar enfrentar desastres socioambientais.

Desta forma, pode-se afirmar que as políticas públicas praticadas pela Prefeitura de Florianópolis têm o duplo intuito de reproduzir a exclusão social até o limite do suportável e de favorecer o capital imobiliário, submetendo a gestão ambiental aos seus desígnios.

As fortes chuvas de novembro de 2011 também produziram estragos por todo Estado de Santa Catarina, mas os desastres não podem ser observados como acontecimentos naturais, é a interação entre ambiente e seres humanos que produz as situações de risco que podem, ou não, gerar os desastres. No caso do Morro da Mariquinha um conjunto de variáveis produziu uma equação que teve como resultado o desastre, a ocupação irregular, o desmatamento, a intensa pluviosidade, a ocupação desordenada (que altera o fluxo das águas da chuva), a segregação sócio-espacial, a falta de políticas públicas para remoção das pessoas da área de risco e a caracterização geológica originaram o deslocamento da “pedra” de 200 toneladas.

Com base nos pressupostos da História Ambiental sobre a interação seres humanos/natureza, deve-se salientar que apesar da pressão produzida pela segregação sócio espacial, os indivíduos não podem ser vistos simplesmente como vítimas na sua relação com o meio ambiente. A ocupação irregular de áreas de preservação é um problema que deve ser encarado pelas autoridades e pelos moradores, ainda mais quando a preservação é preponderante para que o local não se torne uma área de risco.

Neste ensaio tecemos apenas algumas considerações sobre o desastre socioambiental do Morro da Mariquinha ocorrido em 13 de dezembro de 2011 e sua ambivalência frente as

⁹ Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço do Central de Florianópolis. Simpósio o Maciço Central de Florianópolis. Trabalhos de extensão e pesquisa da UFSC junto às comunidades do maciço central do morro da cruz. UFSC. Florianópolis, 2002. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em: <http://www.laam.cfh.ufsc.br/macico/resumos.htm> .



políticas públicas oferecidas pelo poder municipal. São apenas ponderações que se pretende aprimorar para dar amplitude e desenvolver pesquisas que ajudem a dirimir desastres socioambientais no âmbito do Projeto PRODOC\CAPES Desastres Ambientais e Políticas Públicas em Santa Catarina, que vem sendo desenvolvido junto ao Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental e vinculado ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Referências

BECK, Ulrich. Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano** 2. ed. São Paulo, SP. Ed. Ática, 1993.

ESCANDIUZZI, F. **Pedra de 200 t desaba, destrói casas e mata mulher em SC**. Sítio do Terra. Florianópolis, 13 de dezembro de 2011. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5516807-EI8139,00-pedra+de+t+desaba+destroi+casas +e+mata+mulher+em+SC.html>

FLORIANÓPOLIS, Prefeitura Municipal de. IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Plano Diretor do Distrito Sede de Florianópolis**. Florianópolis, IPUF, 1998.

HÜBNER, C. E.; DAL SANTO, M. A. D.; OLIVEIRA, F. H. Diagnóstico da ocupação de encostas do maciço central do Morro da Cruz - Florianópolis - SC. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS**, 1., 2004, Florianópolis. Anais. Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 379-391

MACHADO, Claudia Xavier. Aspectos socioambientais na comunidade do Morro da mariquinha em Florianópolis (SC). In: **Revista RA'EGA - O espaço Geográfico em análise**. Curitiba, n. 8, p. 123-134, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/viewArticle/3387>.

MÜLLER, Gláucia R. R. **A influência do urbanismo sanitário na transformação do espaço urbano de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado), Geografia, UFSC, 2002.

PAMPLONA, M. **Mapeamento da ocupação do solo na porção insular do distrito sede de Florianópolis - SC como base para o estudo do clima urbano**. Florianópolis, 1999. 108 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC.

MARTINS, Celso. “Maciço abriga nove das 11 áreas de risco da Ilha”. **Sítio do Jornal A Notícia Capital**. Florianópolis, 29 ago. de 1999. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em: <http://www1.an.com.br/ancapital/1999/ago/29/1ger.htm>.

PIMENTA, Luís Fugazzola e PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Pobreza e qualidade de vida nos morros centrais de Florianópolis: a escalada de um distanciamento. In: **ACTA**



Geográfica, Boa Vista, v. 5, n. 9, p.47-66, jan./jun. de 2011. Disponível em:

<http://ufr.br/revista/index.php/actageo/article/viewFile/353/439>.

_____. Políticas Públicas e Segregação Sócio-Espacial: o caso do Maciço Central em Florianópolis. **Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST37_Pimenta_texto.pdf.

Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço do Central de Florianópolis. **Simpósio o Maciço Central de Florianópolis**. Trabalhos de extensão e pesquisa da UFSC junto às comunidades do maciço central do morro da cruz. UFSC. Florianópolis, 2002.

Disponível em: <http://www.laam.cfh.ufsc.br/macico/resumos.htm>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Deslizamento de pedra no Morro da Mariquinha é considerado um “fenômeno raro”**. Sítio da Defesa Civil. Florianópolis, 15 de dezembro de 2011. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em:

<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/defesacivil/?pagina=notpagina&menu=3¬i=5876>

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Prefeitura Municipal de Florianópolis esclarece sobre desabamento no Morro da Mariquinha**. Sítio do Portal da Ilha.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2011. Acessado em 15 de fevereiro de 2012, disponível em:

<http://www.portaldailha.com.br/noticias/lernoticia.php?id=10718>.

SAITO, Silvia Midori. **Dimensão socioambiental na gestão de risco dos assentamentos precários do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis - SC**. Florianópolis, SC, 2011. 253 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

_____. **Estudo analítico da suscetibilidade a escorregamentos e quedas de blocos no Maciço Central de Florianópolis-SC**. Florianópolis, SC, 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2004.

SAITO, S. M.; PELLERIN, J. R. G. M.; HERRMANN, M. L. P. Mapa das formações superficiais como subsídio à análise de susceptibilidade a deslizamentos e quedas de blocos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS, 1., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 408-419.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SCHEIBE, L. F. **A Ilha de Santa Catarina e seu quadro natural: aspectos geológicos e geomorfológicos**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TOMAZZOLI, E.R.; PELLERIN, J.; ESTEVES, M.B. Geologia e unidades morfotectônicas da área central da cidade de Florianópolis, SC. Subm. IX Congr. **ABEQUA**, Recife, out. 2003.



VEYRET, Yvette. **Os riscos** – o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.

Recebido em Julho de 2013
Aprovado em Agosto de 2013